

Onde o saneamento chega, tem Transformação

ÁGUAS
CE GUARIROBA



Ao longo de 25 anos de concessão em Campo Grande, a Águas Guariroba **universalizou o saneamento na cidade**. Atualmente, **100% da população tem acesso a água tratada e 94% à rede de esgoto, sendo que 100% do esgoto coletado é tratado**.

O sistema de abastecimento evolui cada vez mais, com novas tecnologias que garantem segurança no fornecimento de água. Em 2024, foram perfurados quatro novos poços que captam água do Aquífero Guarani e instalados dois reservatórios de um milhão de litros cada. Com mais de quatro mil quilômetros de redes de água e esgoto, a concessionária trata e distribui diariamente **mais de 270 milhões de litros de água**, garantindo qualidade reconhecida nacionalmente.

Com eficiência e compromisso com a sustentabilidade, a Águas Guariroba é referência em saneamento no país. A capital de Mato Grosso do Sul ocupa a **2ª posição** entre as capitais com os melhores índices do setor, foi premiada no **8º Prêmio Casos de Sucesso em Saneamento Básico e conquistou o troféu Quíron Diamante do PNQS**, considerado o "Oscar" do saneamento. Além disso, a concessionária alcançou metas do **Marco Legal do Saneamento** com 9 anos de antecedência, reforçando seu compromisso com a sociedade, o meio ambiente e a inovação.

A concessionária reforça que trabalha **24h por dia** para ampliar e melhorar o saneamento em Campo Grande, com eficiência operacional e compromisso com a sustentabilidade, por meio de uma atuação pautada pelo respeito à sociedade, ao meio ambiente e aos princípios éticos.

100% da população

tem acesso
a água tratada

94% da capital

com rede de esgoto

Mais de 207 km

de novas redes
implantadas
em 2024

100% do esgoto

coletado é tratado

Mais de 22 mil famílias

cadastradas na
Tarifa Social da Água

Segurança no abastecimento:

mais **2 reservatórios de 1 milhão de litros de água cada**, e a perfuração de **4 superpoços**, garantindo água com qualidade e regularidade o ano todo.

2ª posição

no ranking das capitais
brasileiras com melhores
índices de saneamento

PNQS 2024

Quíron Diamante
Prêmio Nacional
da Qualidade em
Saneamento

Vencedora

no 8º Prêmio Casos
de Sucesso em
Saneamento Básico

**Marco Legal
do Saneamento**

Alcançou metas com
9 anos de antecedência

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Campos Grande, 19 de março de 2025. A Águas Guariróba S.A. ("Águas Guariróba", "concessionária" ou "Companhia"), presente em Campos Grande, capital do Mato Grosso do Sul, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2024 ("4T24") e do ano de 2024. Também são apresentadas as comparações sobre o desempenho da Companhia entre o 4T24 e o quarto trimestre de 2023 ("4T23") e entre o ano de 2024 e o ano de 2023. Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

Destaques

Receita Líquida¹ R\$ 956,5 milhões +10,9% vs. 2023	EBITDA Ajustado² R\$ 731,3 milhões +15,1% vs. 2023	Margem EBITDA Ajustada 76,5% +2,8 p.p. vs. 2023
---	---	---

- CAPEX totalizou R\$ 268,6 milhões em 2024, um aumento de 14,9% na comparação com 2023;
- Aumento da cobertura de esgoto para 94% em 2024. Ao longo dos últimos anos, foram implantados mais de 500 quilômetros de rede, beneficiando mais de 120 mil pessoas. Esse progresso integra o programa "Campo Grande Saneada", que, desde 2022, conecta novas residências e proporciona dignidade e saúde aos cidadãos campo-grandenses;
- Reforço do sistema de abastecimento no município, com a implementação de novos reservatórios, ampliando a capacidade de reserva em aproximadamente 2 milhões de litros de água;
- A Águas Guariróba venceu o troféu Quirion Diamante, na categoria AMEGSA (As Melhores em Gestão no Saneamento Ambiental Nível III classe Mundial), da premiação do PNOs (Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento), conhecido como "Oscar do Saneamento".

¹ Valores não contemplam as receitas de construção do ativo intangível com margem próxima a zero.
² Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível.

Mensagem da Administração

No ano de 2024, a Águas Guariróba alcançou o maior avanço da rede de esgoto de sua história. Ao longo dos últimos anos, foram implantados mais de 500 quilômetros de rede, beneficiando mais de 120 mil pessoas. Esse progresso integra o programa "Campo Grande Saneada", que, desde 2022, conecta novas residências e proporciona dignidade e saúde aos cidadãos campo-grandenses.

A ampliação da rede de esgoto em 2024 foi um marco significativo, atingindo 355 mil ligações em dezembro, com uma cobertura que atingiu a marca de 94%. O sistema de abastecimento de água da Águas Guariróba segue em constante aprimoramento, com a implementação de tecnologias que garantem resiliência hídrica. Em 2024, destacam-se a construção de quatro novos poços que captam água diretamente do Aquífero Guarani e a instalação de dois novos reservatórios, cada um com capacidade de um milhão de litros de água.

A qualidade da água fornecida pela concessionária é reconhecida nacionalmente, e o sistema de monitoramento inteligente opera 24 horas por dia para assegurar o abastecimento constante. Diariamente, mais de 270 milhões de litros de água são tratados e distribuídos.

Tudo esse trabalho da concessionária em 2024 foi reconhecido com a premiação do PNOs (Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento), conhecido como "Oscar do Saneamento". A Águas Guariróba venceu o troféu Quirion Diamante, na categoria AMEGSA (As Melhores em Gestão no Saneamento Ambiental Nível III classe Mundial). Para 2025, o planejamento é de continuidade dos investimentos em infraestrutura para atender o crescimento orgânico da cidade. Teremos a perfuração de mais dois poços e um novo reservatório, com capacidade de um milhão de litros de água, com o objetivo de garantir o fornecimento de água de qualidade à população, mesmo durante períodos de estiagem prolongada e altas temperaturas. Além disso, está prevista a construção de uma nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) na região do Columbia, além da ampliação de aproximadamente 87 quilômetros de rede.

Fortalecendo a licença social para operar e o legado de desenvolvimento para o município, mais de 20 mil pessoas foram beneficiadas por diversas iniciativas de Responsabilidade Social da Águas Guariróba. O programa Afluentes, por exemplo, conta com a participação de mais de 250 líderes comunitários. Esse relacionamento é reflexo dos trabalhos da concessionária e do atendimento de demandas nas sete regiões da Capital. Na comunidade Homex, região periférica da Capital, a 2ª edição do Próspera levou mais de 70 serviços gratuitos e atendeu mais de mil pessoas. Com a missão de promover qualidade de vida e saúde à população, a Águas Guariróba renova, em 2025, seu compromisso com a população de Campos Grande com saneamento de qualidade, levando dignidade e transformação de vida, prestando um serviço além da conta.

A Administração

Destaques Financeiros

Destaques Financeiros (´000)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receita operacional líquida¹	242.119	238.976	1,3%	956.497	862.645	10,9%
Receita de água	179.246	178.189	0,6%	702.226	640.626	9,6%
Receita de esgoto	94.593	92.458	2,3%	366.125	320.985	14,1%
Deduções da receita	(31.720)	(31.671)	0,2%	(111.854)	(98.966)	13,0%
Custos e despesas operacionais²	(50.980)	(58.287)	-12,5%	(225.230)	(227.260)	-0,9%
EBITDA Ajustado	191.139	180.689	5,8%	731.267	635.385	15,1%
Margem EBITDA Ajustada	78,9%	75,6%	3,3 p.p.	76,5%	73,7%	2,8 p.p.
Resultado Financeiro	(39.228)	(26.535)	47,8%	(133.285)	(103.552)	28,7%
Lucro Líquido	87.839	93.680	-6,2%	350.698	315.936	11,0%

Receita Líquida

O aumento da Receita Líquida no 4T24 e em 2024 é devido principalmente, ao aumento no volume faturado e ao reajuste tarifário de 4,1% aplicado em janeiro de 2024.

Economias Ativas³

Economias ativas	4T24	4T23	Δ%
Água	391.417	380.861	2,8%
Esgoto	317.392	290.182	9,4%
Total	708.809	671.043	5,6%

O aumento das economias é devido à ampliação da cobertura de esgoto, que atingiu para 94% no 4T24, além do crescimento vegetativo da população.

Volume faturado

Volume faturado (´000m³)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Água	14.671	14.679	-0,1%	56.999	53.560	6,4%
Esgoto	12.121	11.354	6,8%	46.112	40.400	14,1%
Total	26.792	26.033	2,9%	103.111	93.960	9,7%

No 4T24, o aumento do volume faturado é devido à expansão da cobertura de esgoto.

Em 2024, o aumento do volume faturado é devido, principalmente, à expansão da cobertura de esgoto, às ações comerciais e ao maior consumo de água por conta das ondas de calor que perduraram em boa parte do ano. Os clientes da categoria Residencial correspondem a 84% do volume faturado de água no 4T24.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (´000)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Pessoal	(14.893)	(10.228)	45,6%	(44.170)	(39.244)	12,6%
Serviços de terceiros	(17.748)	(15.253)	16,4%	(68.010)	(63.650)	6,8%
Conservação e manutenção	(1.330)	(948)	40,3%	(5.285)	(3.737)	41,4%
Materiais, equipamentos e veículos	(1.086)	(1.165)	-6,8%	(4.585)	(4.143)	10,7%
Custo de concessão	(3.961)	(3.856)	2,7%	(15.587)	(14.015)	11,2%
Energia Elétrica	(9.442)	(15.525)	-39,2%	(50.421)	(56.309)	-10,5%
Produtos químicos	(1.262)	(931)	35,6%	(4.518)	(5.172)	-12,6%
PECLD	3.375	(6.884)	-149,0%	(14.347)	(22.014)	-34,8%
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	105	1.344	-92,2%	(3.553)	254	-1.498,8%
Outros	(4.738)	(4.841)	-2,1%	(14.754)	(19.230)	-23,3%
Custos e despesas operacionais	(50.980)	(58.287)	-12,5%	(225.230)	(227.260)	-0,9%
Efeito IFRS 16 ⁴	(6.833)	-	N/A	(16.506)	-	N/A
Custos e despesas operacionais ex-IFRS 16	(57.813)	(58.287)	-0,8%	(241.736)	(227.260)	6,4%
Depreciação e Amortização	(22.105)	(15.273)	44,7%	(78.652)	(59.306)	32,6%
Total	(73.085)	(73.560)	-0,6%	(303.882)	(286.566)	6,0%

A redução nos custos e despesas no 4T24 e em 2024 é devido, principalmente, à redução nas linhas de Energia Elétrica e PECLD. Esta redução foi parcialmente compensada pelo aumento nas linhas de pessoal e serviços de terceiros.

Principais variações:

- **Pessoal:** O aumento no 4T24 e em 2024 é devido, principalmente, aos dissídios ocorridos no período
- **Serviços de Terceiros:** O aumento de 16,4% no 4T24 e de 6,8% em 2024 é devido, principalmente à expansão da cobertura de esgoto.

- **Energia Elétrica:** A redução de 39,2% no 4T24 e de 10,5% no ano de 2024 é decorrente, principalmente, do início do contrato de autoprodução de energia, que tem os custos contabilizados nas linhas de depreciação e amortização e no resultado financeiro. Incluindo esses contratos, os custos totais com energia elétrica foram de R\$ 14,6 milhões no 4T24, uma redução de 5,8%, e de R\$ 59,4 milhões em 2024, 5,5% acima do verificado no ano anterior. A redução no 4T24 é devido aos menores custos na autoprodução e ao maior volume de energia contratado no Mercado Livre (93% em 2024 vs. 90% em 2023), enquanto ao aumento no ano é devido ao aumento no consumo específico de energia. A redução nos custos unitários de energia no 4T24 e em 2024 é devido aos menores preços de energia contratados no segundo semestre. O consumo específico de energia aumentou no 4T24 e no ano devido à maior produção de água, relacionada ao aumento da utilização do sistema de captação Guariróba.

Indicadores de Energia	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Consumo específico de energia (kWh/m³)	0,88	0,87	1,0%	0,88	0,85	3,7%
Custo unitário de energia elétrica (R\$/m³)	0,41	0,43	-3,4%	0,42	0,43	-3,3%

- **PECLD:** Variação positiva de R\$ 10,3 milhões no 4T24 e de R\$ 7,7 milhões em 2024 no saldo da PECLD é devido, principalmente, à revisão do índice de provisionamento, além das recuperações de crédito realizadas nos períodos.

Inadimplência⁵

A redução da inadimplência no 4T24 é devido à redução da PECLD, explicada anteriormente.

Inadimplência UDM



Índice de perdas na distribuição de água⁶

No 4T24, o índice de perdas de água foi de 19,9%, permanecendo abaixo de 20%. No gráfico a seguir a evolução do índice de perdas entre os trimestres:



EBITDA⁷

EBITDA (´000)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro Líquido	87.839	93.680	-6,2%	350.698	315.936	11,0%
(-) Resultado Financeiro	39.228	26.535	47,8%	133.285	103.552	28,7%
(-) Imposto sobre Lucro	43.845	45.201	-3,0%	174.360	156.591	11,3%
(-) Depreciação e Amortização	22.105	15.273	44,7%	78.652	59.306	32,6%
EBITDA CVM 156	193.017	180.689	6,8%	736.995	635.385	16,0%
(-) Receita de Construção (ICPC OI)	(95.767)	(81.546)	17,4%	(292.132)	(250.178)	16,8%
(-) Custo de Construção (CPC OI)	93.889	81.546	15,1%	286.404	250.178	14,5%
EBITDA Ajustado	191.139	180.689	5,8%	731.267	635.385	15,1%
Margem EBITDA Ajustada	78,9%	75,6%	3,3 p.p.	76,5%	73,7%	2,8 p.p.
Efeito IFRS 16	(6.833)	-	N/A	(16.506)	-	N/A
EBITDA Ajustado ex-IFRS 16	184.306	180.689	2,0%	714.761	635.385	12,5%
Margem EBITDA ajustada ex-IFRS 16	76,1%	75,6%	0,5 p.p.	74,7%	73,7%	1,1 p.p.

O crescimento do EBITDA no 4T24 e em 2024 é devido, principalmente, ao aumento no volume faturado, principalmente o de esgoto, ao reajuste tarifário e à redução nos custos e despesas.

CAPEX

CAPEX (´000)	4T24	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
CAPEX	88.522	75.557	17,16%	268.628	233.776	14,91%

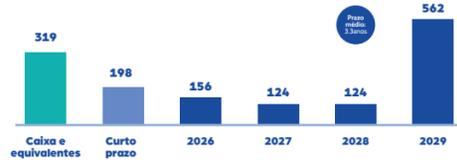
O aumento do Capex no 4T24 e em 2024 é devido, principalmente, à expansão da cobertura e melhorias nas estações de tratamento de esgoto, além da ampliação da distribuição e reservação de água.

Endividamento

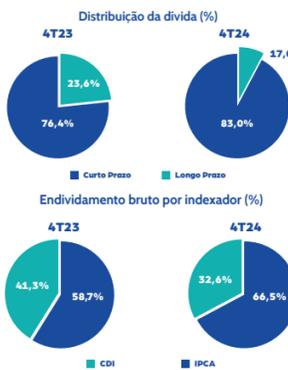
Endividamento (R\$ milhares)	4T24	4T23	Δ%
Dívida Líquida	839.301	804.696	4,3%
(-) Dívida Bruta	1.158.585	866.943	33,6%
(-) Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.162.872	870.098	33,6%
(-) Instrumentos financeiros derivativos	4.233	3.036	39,4%
(-) Hedge de fluxo de caixa	(54)	(119)	-54,7%
(-) Caixa e Disponibilidades	(319.284)	(62.247)	412,9%
EBITDA Ajustado (12 meses)	731.267	635.385	15,1%
Dívida Líquida / EBITDA	1,15x	1,27x	-0,12x

O aumento da Dívida Bruta está relacionado à 6ª emissão de debêntures realizada no período. A relação Dívida líquida/EBITDA Ajustado reduziu para 1,15x no 4T24 devido ao aumento do EBITDA ajustado (12 meses).

Caixa e Cronograma de amortização da dívida (R\$ milhões)



Os gráficos a seguir ilustram: (i) a distribuição da dívida da Companhia entre curto e longo prazo na comparação entre o 4T22 e o 4T23; e (ii) o endividamento bruto por indexador entre os trimestres analisados.



⁶ Escala a menos e o custo de construção com margem próxima a zero (ICPC OI).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023. (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.899	4.358
Aplicações financeiras	5	314.385	57.889
Contas a receber de clientes	6	228.246	239.888
Estoques		3.850	4.863
Tributos a recuperar		829	922
Instrumentos financeiros derivativos	19	1.959	768
Outros créditos		5.827	7.870
Total do ativo circulante		559.995	316.558
Contas a receber de clientes	6	70.644	55.870
Tributos a recuperar		1.637	1.637
Depósitos judiciais	13	1.251	1.218
Instrumentos financeiros derivativos	19	2.275	2.268
Outros créditos		-	19
Total do realizável a longo prazo		75.807	61.012
Imobilizado		178.229	8.247
Ativo de contrato da concessão	8	189.126	283.691
Intangível	9	1.387.943	1.077.889
Total do ativo não circulante		1.831.105	1.430.839
Total do ativo		2.391.100	1.747.397

Passivo	Nota	2024	2023
Fornecedores e empreiteiros	10	39.590	28.097
Empréstimos e debêntures	11	198.367	205.746
Obrigações trabalhistas e sociais		12.895	13.706
Obrigações fiscais		8.738	12.392
Dividendos a pagar	7	670	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18 a.	47.585	46.636
Outras contas a pagar	12	19.811	8.619
Total do passivo circulante		327.656	315.196
Fornecedores e empreiteiros	10	6.492	6.750
Empréstimos e debêntures	11	964.506	664.352
Provisões	13	6.593	6.266
Passivo fiscal diferido	18 b.	82.779	90.925
Outras contas a pagar	12	170.044	13.589
Total do passivo não circulante		1.230.414	781.882
Total do passivo		1.558.070	1.097.078
Patrimônio líquido	14		
Capital social		343.639	343.639
Custo com emissão de novas ações		(17.356)	(17.356)
Reservas de lucros		343.639	324.115
Dividendos adicionais propostos		163.144	-
Ajuste de avaliação patrimonial		(36)	(79)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023.
(EM MILHARES DE REAIS)

Nota	Capital social	Custo com emissão de novas ações	Dividendo adicional proposto	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	343.639	(17.356)	40.047	32.719	310.911	(275)	-	709.685
Valor justo de derivativos	19	-	-	-	-	196	-	196
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	315.936	315.936
Destinação:								
Reserva legal	14 c.	-	-	15.797	-	-	(15.797)	-
Dividendos intermediários	14 d.	-	(40.047)	-	(310.913)	-	-	(350.960)
Dividendos Intercalares	14 d.	-	-	-	-	-	(24.538)	(24.538)
Lucros retidos	14 e.	-	-	-	275.601	-	(275.601)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	343.639	(17.356)	-	48.516	275.599	(79)	-	650.319
Valor justo de derivativos	19	-	-	-	-	43	-	43
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	350.698	350.698
Destinação:								
Reserva legal	14 c.	-	-	16.741	-	-	(16.741)	-
Dividendos intermediários	14 d.	-	-	-	(168.030)	-	-	(168.030)
Dividendo adicional proposto	14 d.	-	163.144	-	-	-	(163.144)	-
Lucros retidos	14 e.	-	-	-	170.813	-	(170.813)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	343.639	(17.356)	163.144	65.257	278.382	(36)	-	833.030

- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber de clientes: Para o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados as contas a receber, são consideradas premissas, as quais são as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses, ajustadas por eventos futuros relevantes esperados. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes privados, públicos e negociados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência. As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 19.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

D) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia aplica a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

A Companhia reconhece para alguns contratos um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

F) Capitalização dos custos dos empréstimos e debêntures

Os custos dos empréstimos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

F) Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigação de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Plano de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente.

G) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Caso a divulgação possa prejudicar seriamente a posição do Grupo, essa informação não é divulgada.

H) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes.

A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento.

(iii) Receita a faturar de serviços de água e esgoto

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na média de consumo dos clientes, aplicando a proporção correspondente aos dias de consumo que irão ocorrer o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e sendo contabilizadas na conta de receitas a faturar.

(iv) Receitas de construção ativo intangível

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

I) Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributo corrente: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar apresentado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Tributo diferido: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais: Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(ii) Tributos sobre prestações de serviços

O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente.

II) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não tenham um componente de financiamento significativo ou para as

quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.
- O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desajuste ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge a qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Hedges de fluxo de caixa

A Companhia utiliza contratos de swap como hedge para proteger sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações de dívida realizadas. A parcela inflexível referente a contratos em moeda estrangeira, quando existente, é reconhecida como despesa financeira.

Para quaisquer hedges de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram.

Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

(vi) Hierarquia do valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

(vii) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre empréstimos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS) e perda com instrumentos financeiros derivativos.

(viii) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas a respeito de cada ativo ou passivo.

I) Resultado por ação básico e diluído

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

II) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, em parte integrante das demonstrações financeiras.

N) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) e IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1))

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como:

- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7
- As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Divulgações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

O) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18 (Equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19 (Equivalente ao CPC 36 (R3)) - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPD 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Contábeis Internacionais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	20	1
Bancos conta movimento	4.879	4.357
	4.899	4.358

5. Aplicações financeiras

Modalidade	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	7.870	18.494
Fundo de Investimento Safira	306.515	39.395
	314.385	57.889

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 103,13% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2024 (102,73% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

A carteira do fundo de investimento onde a Companhia detém cotas,

6. Contas a receber de clientes

	2024	2023
Serviços de água e esgoto	180.518	210.648
Renegociações	140.480	111.249
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	33.514	28.970
(-) Perdas de crédito esperadas	(55.622)	(55.109)
	<u>298.890</u>	<u>295.758</u>

Circulante	228.246	239.888
Não circulante	70.644	55.870

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão assim representados:

Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldos vencidos				Total em 2024
		Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	
Residencial	55.496	48.659	32.469	-	-	81.128
Comercial	15.076	8.303	4.965	-	-	13.268
Industrial	213	31	6	-	-	37
Setor público	12.869	2.363	56	12	-	2.431
Subtotal consumidores	83.654	59.356	37.496	12	-	96.864
Renegociações (i)	127.604	7.568	3.028	1.630	650	12.876
	<u>211.258</u>	<u>66.924</u>	<u>40.524</u>	<u>1.642</u>	<u>650</u>	<u>109.740</u>

Classe de consumidor	Saldo a vencer	Saldos vencidos				Total em 2023
		Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	
Residencial	64.020	40.870	34.025	-	-	74.895
Comercial	14.581	6.461	6.281	-	-	12.742
Industrial	199	1	15	-	-	16
Setor público	15.119	7.190	9.293	12.593	-	29.076
Subtotal consumidores	93.919	54.522	49.614	12.593	-	116.729
Renegociações (i)	100.795	6.691	1.961	1.419	383	10.454
	<u>194.714</u>	<u>61.213</u>	<u>51.575</u>	<u>14.012</u>	<u>383</u>	<u>127.183</u>

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2024 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 20.865 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 9,84% a.a. (R\$ 18.927 e 9,16% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 1.938 de ajuste a valor presente (R\$ 5.762 em 31 de dezembro de 2023).

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Natureza	Saldo em 2023	Resultado		Saldo em 2024
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(32.390)	(37.264)	40.019	(29.635)
Público	-	(1)	332	331
Renegociações	(22.719)	(24.552)	20.953	(26.318)
	<u>(55.109)</u>	<u>(61.817)</u>	<u>61.304</u>	<u>(55.622)</u>

Natureza	Saldo em 2022	Resultado		Saldo em 2023
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(23.318)	(42.311)	33.239	(32.390)
Público	(244)	-	244	-
Renegociações	(21.318)	(16.509)	15.108	(22.719)
	<u>(44.880)</u>	<u>(58.820)</u>	<u>48.591</u>	<u>(55.109)</u>

As baixas e recuperações de títulos têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Natureza	Saldo em 2023	Resultado		Saldo em 2024
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(32.086)	-	22.956	(9.130)
Público	(2)	-	-	(2)
Renegociações	(30.979)	-	26.277	(4.702)
	<u>(63.067)</u>	<u>-</u>	<u>49.233</u>	<u>(13.834)</u>

Natureza	Saldo em 2022	Resultado		Saldo em 2023
		Adições	Reversões	
Privado (ii)	(33.323)	-	20.373	(12.950)
Público	(10)	-	11	1
Renegociações	(19.372)	-	20.536	1.164
	<u>(52.705)</u>	<u>-</u>	<u>40.920</u>	<u>(11.785)</u>

(i) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

(ii) Títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

7. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2024, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 4.653 (R\$ 3.773 em 31 de dezembro de 2023).

Em 15 de abril de 2024 foi realizado o pagamento da Remuneração Variável de Longo Prazo, R.V.L.P., no montante de R\$ 499.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Camastra Participações e Administração S.A. ("Camastra") que detém 99,99% das ações que representam o seu capital social. A Companhia também tem como controladora indireta a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detém 67,92% das ações que representam o capital social da Camastra.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2024	2023
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas		
Águas de Primavera S.A. (d)	1.598	221
Águas de Sinop S.A. (d)	-	159
Outras partes relacionadas (d)	93	104
	<u>1.691</u>	<u>484</u>
Adiantamento a fornecedores		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (e)	-	2.016
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	44.649	-
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	23.789	52.584
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	1.497	7.592
	<u>69.935</u>	<u>60.176</u>
	<u>71.626</u>	<u>62.676</u>
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	18.132	-
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	-	13.607
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	268	252
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	123	998
	<u>18.523</u>	<u>14.857</u>
Dividendos a pagar		
Camastra Participações e Administração S.A.	670	-
Outras contas a pagar partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	36	36
	<u>19.229</u>	<u>14.893</u>
Resultado do exercício		
Custos e Despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(46.764)	(43.937)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(3.181)	(2.978)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(735)	(3.212)
	<u>(50.680)</u>	<u>(50.127)</u>
Receitas Financeiras		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (e)	-	2.647
	<u>(50.680)</u>	<u>(47.480)</u>

(a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos e à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de águas e esgotamento sanitário.

(b) Refere-se à serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.W

(c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.

(d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.

(e) Adiantamentos financeiros reconhecidos em outros créditos no ativo circulante.

8. Ativo de contrato da concessão

	2024	2023
Ativo de contrato da concessão	189.126	283.691

	2023		2024	
	Custo	Adições (i)	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	283.691	292.132	(386.697)	189.126

	2022		2023	
	Custo	Adições (i)	Transferências	Custo
Ativo de contrato da concessão	163.318	250.178	(129.805)	283.691

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi reconhecido a margem de construção no valor de R\$ 5.730 e juros sobre empréstimos e debêntures nos ativos qualificáveis foram capitalizados R\$ 14.131 a uma taxa média de 10,87% a.a. (R\$ 17.585 e 12,09% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, os custos de arrendamento são capitalizados nos ativos aos quais estão diretamente ligados, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram capitalizados R\$ 5.015 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

9. Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições:

a) Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2024			2023
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	60	1,7%	254.238	(101.808)	152.430	158.285
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 48	3,2%	1.265.370	(438.416)	826.954	578.475
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 47	2,8%	396.943	(80.726)	316.217	270.261
Máquinas e equipamentos	de 05 a 48	5,8%	128.515	(40.505)	88.010	69.213
Outros componentes	de 03 a 48	6,3%	5.503	(1.702)	3.801	821
			<u>2.050.569</u>	<u>(663.157)</u>	<u>1.387.412</u>	<u>1.077.055</u>
Software						
Licença de uso de Software	de 03 a 10	13,3%	4.659	(4.128)	531	834
			<u>4.659</u>	<u>(4.128)</u>	<u>531</u>	<u>834</u>
			<u>2.055.228</u>	<u>(667.285)</u>	<u>1.387.943</u>	<u>1.077.889</u>

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2023			2022
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	60	1,7%	254.238	(95.953)	158.285	164.141
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 48	3,3%	977.385	(398.910)	578.475	543.698
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 47	2,8%	338.762	(68.501)	270.261	241.908
Máquinas e equipamentos	de 05 a 48	5,3%	101.212	(31.999)	69.213	52.787
Outros componentes	de 03 a 48	5,9%	2.342	(1.521)	821	638
			<u>1.673.939</u>	<u>(596.884)</u>	<u>1.077.055</u>	<u>1.003.172</u>
Software						
Licença de uso de Software	de 03 a 10	15,0%	4.561	(3.727)	834	1.279
			<u>4.561</u>	<u>(3.727)</u>	<u>834</u>	<u>1.279</u>
			<u>1.678.500</u>	<u>(600.611)</u>	<u>1.077.889</u>	<u>1.004.451</u>

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2023			2022
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	60	1,7%	254.238	(95.953)	158.285	164.141
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 48	3,3%	977.385	(398.910)	578.475	543.698
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 47	2,8%	338.762	(68.501)	270.261	241.908
Máquinas e equipamentos	de 05 a 48	5,3%	101.212	(31.999)	69.213	52.787
Outros componentes	de 03 a 48	5,9%	2.342	(1.521)	821	638
			<u>1.673.939</u>	<u>(596.884)</u>	<u>1.077.055</u>	<u>1.003.172</u>
Software						
Licença de uso de Software	de 03 a 10	15,0%	4.561	(3.727)	834	1.279
			<u>4.561</u>	<u>(3.727)</u>	<u>834</u>	<u>1.279</u>
			<u>1.678.500</u>	<u>(600.611)</u>	<u>1.077.889</u>	<u>1.004.451</u>

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2023			2022
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	60	1,7%	254.238	(95.953)	158.285	164.141
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 48	3,3%	977.385	(398.910)	578.475	543.698
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 47	2,8%	338.762	(68.501)	270.261	241.908
Máquinas e equipamentos	de 05 a 48	5,3%	101.212	(31.999)	69.213	52.787
Outros componentes	de 03 a 48	5,9%	2.342	(1.521)	821	638
			<u>1.673.939</u>	<u>(596.884)</u>	<u>1.077.055</u>	<u>1.003.172</u>
Software						
Licença de uso de Software	de 03 a 10	15,0%	4.561	(3.727)	834	1.279
			<u>4.561</u>	<u>(3.727)</u>	<u>834</u>	<u>1.279</u>
			<u>1.678.500</u>	<u>(600.611)</u>	<u>1.077.889</u>	<u>1.004.451</u>

b) Movimentação do custo

Ativo	2023		2024		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	254.238	-	-	-	254.238
Instalações técnicas de sane					

Natureza	Resultado				Atualização monetária	2023
	2022	Adições	Reversões	Pagamentos		
Cíveis	28	1.478	(204)	(1.241)	-	61
Trabalhistas	878	764	(553)	(658)	-	431
Tributárias	6.810	-	(1.739)	-	703	5.774
	7.716	2.242	(2.496)	(1.899)	703	6.266

Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e tributárias, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda e somavam o montante de R\$ 11.287 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 13.465 em 31 de dezembro de 2023), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a) Processos cíveis

A Companhia possui processos cíveis que correspondem principalmente a ações envolvendo pleitos de reequilíbrio de contrato de concessão e de serviços, anulação de ato de dação de pagamento, indenizações por danos materiais e morais, em 31 de dezembro de 2024, totalizam R\$ 923 (R\$ 1.031 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo.

b) Processos trabalhistas

A Companhia possui processos trabalhistas que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, em 31 de dezembro de 2024, totalizam R\$ 2.165 (R\$ 1.276 em 31 de dezembro de 2023) e não há processo individualmente significativo.

c) Processos tributários

A Companhia possui processos tributários que totalizam um montante de R\$ 8.199 (R\$ 11.158 em 31 de dezembro de 2023), o principal refere-se ao processo:

• A Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campo Grande lavrou contra a Companhia dois autos de infração para: (i) exigência de IOF, multa de ofício e juros de mora, em razão da suposta realização de empréstimos de recursos financeiros para outras pessoas jurídicas de seu grupo empresarial, relativamente ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2010; e (ii) exigência de IRPJ e CSLL, multa de ofício e juros de mora, em razão da glosa de despesas operacionais, e exigência de multa isolada relativos ao ano-calendário 2010. Em 30 de dezembro de 2013 a Companhia apresentou impugnações no âmbito administrativo, as quais aguardam julgamento em primeira instância pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento. As expectativas de perda das defesas apresentadas estão classificadas como possível, em razão de precedentes favoráveis do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) relacionados às matérias que foram objeto das defesas, bem como da possibilidade de discussão das matérias na esfera judicial. Esses processos totalizam um montante em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 8.199 (R\$ 8.062 em 31 de dezembro de 2023).

d) Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais que totalizam um montante de R\$ 1.251 (R\$ 1.218 em 31 de dezembro de 2023) e não há depósitos individualmente significativo.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social integralizado é de R\$ 343.639, e está representado por 331.012.035 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Camastra Participações e Administração S.A.	99,99%
Igarapé Participações S.A.	0,01%
	100,00%

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes, bem como os respectivos efeitos tributários.

c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	350.698	315.935
(-) Constituição da reserva legal	(16.741)	(15.797)
Lucro líquido ajustado	333.957	300.138
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	83.489	75.035
Dividendos destinados no exercício		
Dividendos destinados do resultado do exercício	-	24.538
Dividendos distribuídos do resultado de exercícios anteriores	168.030	350.960
	168.030	375.498
Proposta de dividendos adicionais do exercício		
Dividendos adicionais propostos	163.144	-

Em 02 de setembro de 2024, a Companhia declarou dividendos intermediários no montante de R\$ 168.030, e posteriormente pagou a quantia de R\$ 167.360 para sua acionista Camastra Participações S.A.

e) Reserva de retenção de lucros

A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

15. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	563.174	504.923
Outros serviços indiretos de água	139.052	135.703
Serviços de esgoto	340.585	288.186
Outros serviços indiretos de esgoto	25.540	32.799
Receitas de construção ativo intangível	292.132	250.178
Total receita bruta	1.360.483	1.211.789
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(14.360)	(11.038)
(-) Tributos sobre serviços	(97.494)	(87.928)
Total da receita operacional líquida	1.248.629	1.112.823

16. Custos e Despesas por natureza

	2024	2023
Pessoal	(44.170)	(39.244)
Conservação e manutenção	(5.285)	(3.737)
Serviços de terceiros	(68.010)	(63.650)
Materiais, equipamentos e veículos	(4.585)	(4.143)
Amortização e depreciação	(78.652)	(59.306)
Custo de concessão	(15.587)	(14.015)
Custos de construção ativo intangível	(286.404)	(250.178)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	(513)	(10.229)
Baixa de títulos do contas a receber	(13.834)	(11.785)
(Provisão) Reversão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(3.553)	254
Energia elétrica	(50.421)	(56.309)
Produtos químicos	(4.518)	(5.172)
Outros	(15.227)	(19.857)
	(590.759)	(537.371)
Custos dos serviços prestados	(470.009)	(423.995)
Despesas administrativas e gerais	(120.750)	(113.376)

17. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	20.607	38.184
Juros e multa recebidos ou auferidos	11.725	6.501
Variações cambiais ativas	508	2.731
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	3.863	1.352
Outras receitas financeiras	2.853	829
Receitas financeiras	39.556	49.597
Despesas		
Encargos sobre empréstimos e debêntures (nota explicativa nº 11)	(90.252)	(106.304)
Descontos concedidos	(47.117)	(19.239)
Despesas e comissões bancárias	(3.732)	(3.875)
Variações cambiais passivas	(3.572)	(1.468)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(1.276)	(3.529)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 6)	(1.938)	(5.762)
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)	(2.002)	(2.080)
Juros de arrendamentos (nota explicativa nº 12)	(9.109)	(371)
Outras despesas financeiras	(13.843)	(10.521)
Despesas financeiras	(172.841)	(153.149)
Resultado financeiro	(133.285)	(103.552)

(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 7 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2023).

18. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está apresentada como segue:

	2024	2023
Resultado antes dos tributos	525.058	472.527
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(178.520)	(160.659)
Despesas inaduetíveis	(2.542)	(2.937)
Bônus diretoria	(496)	(146)
Inovação tecnológica	48	767
Doações Lei Rouanet e Caráter desportivo	5.932	5.476
Programa de alimentação do trabalhador	1.277	1.004
Outras diferenças permanentes	(59)	(96)

Imposto de renda e contribuição social:

Corrente	(182.528)	(151.704)
Diferido	8.168	(4.887)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(174.360)	(156.591)
Alíquota efetiva	33%	33%

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos

	2024	2023
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(182.528)	(151.704)
Saldo pago referente a anos anteriores	(46.637)	(35.506)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(55)	(187)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	54.909	57.797
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(174.311)	(129.600)

Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:

Compensações referente a retenções na fonte	7.324	11.161
Imposto de renda e contribuição social a pagar	47.585	46.636
Total	54.909	57.797

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2023	Resultado	Patrimônio Líquido	2024
Perdas de crédito esperadas	18.737	175	-	18.912
Provisão para participação nos lucros	1.726	29	-	1.755
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	169	274	-	443
Ajuste a valor presente de clientes	6.435	659	-	7.094
Outorga diferida anos anteriores	4.404	(120)	-	4.284
Instrumento financeiro derivativo	39	-	(22)	17
Variação cambial	1.172	383	-	1.555
Perda com clientes	1.174	7.596	-	8.770
Arrendamentos	78	1.128	-	1.206
Baixa por perda parcelamentos	145	(62)	-	83
Ativo fiscal diferido	34.079	10.062	(22)	44.119
Juros capitalizados	(21.911)	(4.100)	-	(26.011)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(2.471)	335	-	(2.136)
Amortização de intangível (i)	(77.508)	2.115	-	(75.393)
Instrumento financeiro derivativo	(197)	(384)	-	(581)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(5.582)	3.070	-	(2.512)
Baixa de títulos do contas a receber	(17.335)	708	-	(16.627)
Arrendamento mercantil - Capitalização	-	(1.690)	-	(1.690)
Margem de construção	-	(1.948)	-	(1.948)
Passivo fiscal diferido	(125.004)	(1.894)	-	(126.898)
Passivo fiscal diferido líquido	(90.925)	8.168	(22)	(82.779)

	2022	Resultado	Patrimônio Líquido	2023
Perdas de crédito esperadas	15.259	3.478	-	18.737
Provisão para participação nos lucros	1.633	93	-	1.726
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	310	(141)	-	169
Ajuste a valor presente de clientes	4.476	1.959	-	6.435
Outorga diferida anos anteriores	4.524	(120)	-	4.404
Instrumento financeiro derivativo	142	(1)	(102)	39
Variação cambial	1.994	(822)	-	1.172
Arrendamentos	82	(4)	-	78
Perda com clientes	825	349	-	1.174
Baixa por perda parcelamentos	115	30	-	145
Ativo fiscal diferido	29.360	4.821	(102)	34.079
Amortização de intangível (i)	(79.622)	2.114	-	(77.508)
Juros capitalizados	(16.478)	(5.433)	-	(21.911)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(3.418)	947	-	(2.471)
Instrumento financeiro derivativo	(1.009)	812	-	(197)
Baixa de títulos do contas a receber	(11.083)	(6.252)	-	(17.335)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(3.686)	(1.896)	-	(5.582)
Passivo fiscal diferido	(115.296)	(9.708)	-	(125.004)
Passivo fiscal diferido líquido	(85.936)	(4.887)	(102)	(90.925)

(i) Conforme o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da amortização contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31 de dezembro de 2024 R\$ 6.219 (R\$ 6.219 em 31 de dezembro de 2023).

19. Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 55.622, representando aproximadamente 15,69% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2023, esta provisão era de R\$ 55.109, representando aproximadamente 15,71% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham rating igual ou superior a AA. O rating são aqueles publicados pelas agências: Fitch, Standard&Poor's e Moody's, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	2024	2023
Bancos conta movimento	4	4.879	4.357
Aplicações financeiras	5	314.385	57.889
Contas a receber de clientes	6	298.890	295.758
Instrumentos financeiros derivativos		4.234	3.036
		622.388	361.040

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e reflete o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

	2024						
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	46.082	46.082	39.590	6.492	-	-	-
Empréstimos e debêntures	1.162.873	1.726.987	268.868	268.913	242.993	273.653	672.560
Dividendos a pagar	670	670	670	-	-	-	-
Outras							

Valor justo

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Companhia, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia considera o dólar do cenário base de R\$ 6,1923/US\$. O cenário I é o dólar a R\$ 4,9538/US\$, o cenário II é o dólar a R\$ 3,5385/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 3,0962.

A Companhia considera como risco a alta do CDI. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2024. A Companhia estimou que o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Além disso, em outra avaliação, considera-se ainda o risco da alta do Cupom Cambial. A Companhia considera como cenário base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2024. A Companhia estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.

Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Instrumento	Exposição	Risco	2024		
			Cenários		
			I	II	III
		Variação USD	2.174	(180)	(915)
Swap	4.234	Alta Curva CDI	4.231	4.227	4.225
		Alta Curva Cupom Cambial	4.059	3.731	3.576

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a cobertura de seguros era composta por:

	2024	2023
Danos materiais	200.000	101.200
Responsabilidade civil	150.000	170.000
Equipamentos e Veículos	2.443	1.174
Executante concessionário	21.904	34.771
Riscos de engenharia	155.000	112.000
Seguro garantia	5.091	-

21. Resultado por ação

Resultado básico e diluído por ação

	2024	2023
Resultado básico e diluído por ação		
Lucro líquido da Companhia	350.698	315.935
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	331.012	331.012
Lucro básico e diluído por ação - R\$	1,06	0,95

A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia possui a obrigação de pagamento da outorga devida ao Estado do Mato Grosso do Sul, mensalmente até outubro de 2030, sendo corrigido anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. Já os valores de outorga devidos ao município de Campo Grande - MS estão temporariamente suspensos conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

A Companhia também possui compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação e fundo social, em valores de 1% e 0,5% respectivamente do faturamento mensal de acordo com o município.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão em R\$ 607,146, em valores históricos firmados na data da assinatura do contrato de concessão. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% até o final do contrato; ii) manter os níveis de redução de perdas em 28% até o final da concessão, (iii) quanto ao sistema de esgotamento sanitário município, a Companhia redireciona os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, conforme determinado pelo Poder Concedente, enquanto o reordenamento de metas é definido.

23. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

24. Eventos subsequentes

Em 09 de janeiro de 2025 a Companhia contratou junto ao BR Partners instrumento derivativo de Swap de taxa de juros, sendo

seu custo final de CDI - 3,42%, com a finalidade de reduzir o custo total da 4ª emissão de debêntures 2ª série. Esse instrumento derivativo tem o mesmo volume, período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações do IPCA durante todo o período do financiamento.

Diretoria

Gabriel Martins Buim - Diretor Presidente
 Francis Moreira Faustino Yamamoto - Diretora Executiva

Contador

Vinicius Saraiva Caraca Benedito - CRC SP 295505/O-9.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
 SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da

Águas Guariroba S.A.

Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas Guariroba S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Águas Guariroba S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja a Nota 3(b), 3(d) e 8 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 292.132 mil referente à adições na infraestrutura em construção, na rubrica ativo de contrato da concessão.

Conforme ICPC 01/ IFRIC 12 e OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.

A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido aos julgamentos realizados pela Companhia na avaliação dos gastos incorridos com a construção e ampliação da infraestrutura que podem ter efeitos significativos sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e ampliação da infraestrutura, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais e comprovantes de pagamentos, com objetivo de avaliar se a natureza dos gastos com a construção, melhoria e ampliação da infraestrutura são qualificáveis ou não para capitalização, de acordo com o ICPC 01/ IFRIC 12 e OCPC 05 - Contratos de Concessão.
- Avaliação se as divulgações relativas a infraestrutura em construção nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins das normas contábeis internacionais, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 13 de março de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC 25P014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe
 Contador CRC 15P233011/O-8